

**Formação e profissionalização do setor cultural -
caminhos para a institucionalidade da área cultural¹**

**Formación y profesionalización del sector cultural -
camino a la institucionalidad del área cultural**

**Education and professionalization of the cultural sector
ways to institutionalize the cultural field**

Luiz Augusto F. Rodrigues²

Palavras chave:

Formação no setor cultural

Gestão cultural

Profissionalização e
institucionalização
da área cultural

Resumo:

O texto apresenta diferentes terminologias utilizadas para designar os profissionais que atuam no campo da organização e gestão da cultura, discute suas atuações e conceitua aspectos do campo cultural. Traz, também, resultados de mapeamento nacional sobre os espaços de formação e profissionalização do setor cultural, em suas diferentes inserções: cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, e cursos de graduação (bacharelados e graduações tecnológicas). Por fim, o artigo detalha o curso de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense e os caminhos profissionais de seus alunos egressos.

Resumen:

El texto presenta diferentes terminologías usadas para designar los profesionales que actúan en el campo de la organización y gestión de la cultura, discute sus actuaciones y conceptúa aspectos del campo cultural. Muestra, también, resultados de un levantamiento nacional acerca de los espacios de formación y profesionalización del sector cultural, en sus diversas formas: cursos de posgrado *lato sensu* y *stricto sensu*, y cursos de graduación (licenciaturas y grados de asociado). A modo de conclusión, el artículo detalla el curso de graduación en Producción Cultural de la Universidad Federal Fluminense y los caminos profesionales de sus alumnos egresados.

Palabras clave:

Formación en el sector cultural

Gestión cultural

Profesionalización e institucionalización del área cultural

Keywords:

Education in the cultural sector

Cultural management

Professionalization and institutionalization of the cultural field

Abstract:

The text presents different terminologies used to describe the professionals who act in the organization and management areas of culture, discusses their performances and conceptualizes some aspects of the cultural field. It also shows the results of a national mapping of spaces destined to the education and professionalization of the cultural sector, in its different types: *lato sensu* and *stricto sensu* postgraduate courses, and graduate courses (bachelor's degrees and associate degrees). Finally, the article details the graduate course in Cultural Production at the Federal Fluminense University and the professional paths of its former students.

Formação e profissionalização do setor cultural - caminhos para a institucionalidade da área cultural

Primeiro, é preciso reforçar que estamos num campo do conhecimento em que as denominações dos profissionais são flutuantes ou mesmo ambivalentes, e cujos sentidos diferem conforme o momento histórico e conjuntural do país. Vejamos algumas das terminologias em uso, ou já utilizadas pelo setor cultural.

Animador Cultural (usada para indicar a mediação entre indivíduos e modos culturais -nos anos 80 Darcy Ribeiro criou a figura do Animador Cultural junto à rede pública estadual (RJ) de Educação-, hoje a expressão está mais associada à promoção do lazer).

Promotor Cultural (responsável pela divulgação e promoção de produtos artísticos e culturais).

Mediador Cultural (usada para indicar o profissional que exerce a aproximação entre indivíduos e manifestações da cultura e da arte).

O setor cultural é ainda um campo recente em relação a certas sistematizações e formalizações profissionais. Talvez possamos identificar três terminologias que vêm sendo utilizadas mais recentemente.

Agente Cultural, de cunho mais comunitário; um viabilizador e estimulador de práticas culturais locais junto aos diferentes grupamentos sociais.

Produtor Cultural, de cunho mais operacional e executivo junto à mediação entre a produção e a fruição dos bens e produtos culturais.

Gestor Cultural, de cunho mais formulador e propositor de políticas e programas culturais, viabilizando uma maior articulação entre as diferentes etapas da cadeia produtiva da cultura.

No entanto, estas últimas nomenclaturas também não dão conta da realidade se analisarmos, por exemplo, o curso de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, *lócus* da minha fala neste ensaio. Formamos o Bacharel em Produção Cultural, profissional cujos eixos de formação trilharam disciplinas de três grandes campos conceituais e práticos: Fundamentos dos meios expressivos e linguagens artísticas; Teorias da Arte e da Cultura; Planejamento e gestão cultural.

A natureza dos mecanismos de produção e circulação de informação e dos bens e serviços culturais, a complexidade social das camadas populacionais e o tipo de relação que mantêm com outras redes sociais, os novos esquemas de relações territoriais, os deslocamentos e trocas culturais e artísticas, as novas formas e valores dos objetos e signos da cultura material e imaterial, as tensões e disputas no e a partir do campo cultural exigem novos olhares sobre esta realidade, através dos quais a articulação das disciplinas tradicionais possa ser revista para dar lugar a outros instrumentos e outras abordagens teóricas e instrumentais. Este é um dos desafios da academia hoje.

Pode-se, sumariamente, estabelecer diferenciações entre conceitos que circulam junto e este campo na contemporaneidade. Administração cultural, Gerência cultural, Planejamento cultural, Gestão cultural, como estabelecer contornos entre tais noções?

Por *Administração* podemos entender as atividades daqueles que executam planos segundo interesses traçados externamente - por uma instituição cultural por exemplo -; ou ainda: pautadas por ações, pontuais.

Na *Gerência* podemos estender o conceito à participação na formulação de tais planos, embora ainda segundo interesses externos. Ou ainda: gerencia-se por meio de estratégias, gerais.

Por *Planejamento* podemos considerar a formulação dos planos e programas de ação.

A *Gestão Cultural* pressupõe a formulação dos planos e também dos conceitos que os norteiam. Neste processo atuam concretamente planejadores e usuários, buscando garantir a sustentabilidade das ações. Na gestão trabalha-se por meio de políticas, estruturais e integradas.

Como aponta Rubens Bayardo,

Entendemos a gestão cultural como uma mediação entre os atores, as disciplinas, as especificidades e os domínios envolvidos nas diversas fases dos processos produtivos culturais. Essa mediação torna possível a produção, a distribuição, a comercialização e o consumo dos bens e serviços culturais, articulando os criadores, os produtores, os promotores, as instituições e os públicos, conjugando suas diversas lógicas e compatibilizando-as para formar o circuito no qual as obras se materializam e adquirem sentido na sociedade.³

O autor traz uma importante contribuição ao chamar atenção para todas as etapas envolvidas no sistema de produção cultural para as quais os mediadores culturais devem voltar sua atenção e seus cuidados profissionais, além de reforçar a ideia de uma necessária articulação entre os diferentes agentes e da mediação entre o fazer e o fruir de bens culturais.

A questão da nomenclatura de designação destes diversos agentes inseridos na mediação cultural é trazida também por Rubim:

Denominações as mais distintas são acionadas para intitular o momento da organização da cultura e os profissionais responsáveis por seu tratamento. Assim, a denominação de gerentes e administradores culturais predomina nos Estados Unidos e na França; a noção de animadores e promotores culturais possui uma importante tradição na Espanha; em muitos países da América Latina fala-se em trabalhadores culturais e em outros países podem ser utilizados termos como mediadores culturais, engenheiros culturais ou científicos culturais. Em Portugal, também se aciona a expressão programadores culturais para dar conta da esfera da organização da cultura. Mas recentemente a noção de gestão cultural vem ganhando grande vigência em diversos países, inclusive ibero-americanos [...].⁴

Volto ao campo da *gestão cultural* por entendê-lo como a esfera mais ampla dos processos de mediação, e é sempre bom destacar que a própria noção de *cultura* vem se largando bastante nas últimas décadas.

Pode-se entender CULTURA como um processo de sedimentação de memórias, a longo e médio prazo, e que opera com as diferenças de toda a sociedade. Entendida desta forma seus propósitos são contrários aos das lógicas de imediatismo e da estandarização.

Se o agente da cultura for exclusivamente o Estado, tende-se a desenvolver políticas culturais marcadas por um “patrimonialismo estadista” ou por um “dirigismo estatal”. Se o agente for exclusivamente o Mercado, culminaria em um “mercantilismo cultural” ou “privatização da vida cultural”. A história da modernidade buscou regimentar a esfera estatal como representante única da esfera pública. Pensamentos contrários buscam articular a todo indiví-

duo três atuações básicas: pública, privada e íntima. Deste modo, as políticas culturais sendo da esfera pública estão afetadas tanto ao Estado quanto à sociedade inteira.

Segundo o pensador português Boaventura de Souza Santos⁵ assiste-se, hoje, a uma hiperpolitização estatal e uma despolitização da vida cotidiana. Podemos entender como ação pública aquilo que de nós pertence ou está voltado aos demais, dependendo mais do espaço em que se desenvolve. Não há, portanto, como dissociar a ação cultural de noções ligadas à cidadania, à justiça social, à afirmação de sociedade civil e da ação pública, e à ética.

E os processos culturais estão cada vez mais complexos no mundo contemporâneo, onde as trocas culturais se mostram cada vez mais ampliadas. Segundo Alain Touraine⁶, por *multiculturalidade* podemos entender a manutenção da unidade social reconhecendo a pluralidade de culturas e tendo-as em permanente intercâmbio entre atores sociais com visões de mundo diferenciadas (algo que está além da mera coexistência ou convivência). Tal noção rechaça a desigualdade entre culturas: superior, avançada, primitiva ou subdesenvolvida e substitui a noção de preservação cultural pela de equiparação entre diversas culturas.

Ainda segundo o autor, multiculturalidade pode ser identificada com: a defesa das minorias e seus direitos (porém há o risco de aceitá-las, mas apartadas entre si); o respeito à diferença (novamente o risco de preservar grupos, mas mantendo-os intactos, isto é, bolsões apartados e gregários); a coexistência indiferenciada (na qual, de novo pode-se tê-las sem coexistência ou interação); a negação das culturas ocidentais (apologia oriental ou latina).

Por fim, o conceito correlaciona-se ao reconhecimento do outro sem a obsessão pela própria identidade, isto é, reco-

nhecer em cada cultura ou grupo seus valores próprios e os universais.

O conceito de *interculturalidade* pressupõe aceitar que os diferentes modos culturais não são fatos isolados nem se produzem espontaneamente; o que ocorre é o interrelacionamento entre eles. Observa-se neste processo duas tendências: relações de dominação e não de reconhecimento, o que leva ao desaparecimento de fatos originários; relações de diálogo e interação significativa, levando à interação.

Cabe a consideração de que *multiculturalidade* e *interculturalidade* são questões que às vezes se imbricam, outras vezes não. Há que se reafirmar que são conceitos complexos e cujos resultados são perpassados pelos processos de *globalização*, nos quais interagem simultaneamente atividades econômicas e culturais (mensagens, produtos e bens simbólicos consumidos) dispersas e geradas por um sistema de múltiplos centros, onde o que importa não é a origem geográfica e sim a velocidade com que se dá esta interação. Como consequências pode-se observar: crescente mobilidade de indivíduos ou grupos; explosão de atores e circuitos internacionais; crise do modelo estatal (fragilidade da noção de Estado-Nação; perda de autonomia dos Estados Nacionais); crescentes reivindicações regionais e de culturas subjugadas; busca de identidades supranacionais; predomínio de informações e/ou relações massificadas em prejuízo de relações interpessoais.

Conforme Garcia Canclini⁷, a globalização na ibero-américa resultou em, a partir dos anos 70: predomínio dos meios eletrônicos em detrimento das formas mais tradicionais de produção e circulação de cultura (popular ou erudita); esvaziamento dos equipamentos culturais (cinemas, teatros, bibliotecas, centros culturais etc.); diminuição do papel das culturas locais, re-

gionais ou nacionais (ligadas a territórios e histórias particularizadas) e substituição por mensagens geradas e distribuídas por circuitos transnacionais; redistribuição das responsabilidades entre Estado e iniciativa privada, em relação à produção, financiamento e difusão dos bens culturais.

Por outro lado, e em reação a uma homogeneização cultural (predominantemente de base norte-americana), a globalização tem ensejado o fortalecimento de políticas culturais locais e regionais: fortalecer o “local globalizado” em substituição ao “global indiferenciado”. Lembrando, como apontou Fernand Braudel, que as fronteiras culturais nem sempre (ou quase nunca) se justapõem às fronteiras políticas.

Tenho apresentado em alguns textos e palestras a preocupação que a ideia da gestão cultural passa muito mais pela compreensão da complexidade dos processos e pela efetividade das ações do que por meros procedimentos administrativos e tecnicistas.

Daí argumentar-se que a capacitação para atuar na área cultural não pode restringir-se ao aprendizado propiciado pelo próprio fazer. Hoje, isto não é mais satisfatório. É necessário reforçar o campo da reflexão como base para as ações de gestão na área da cultura, de modo a não reproduzir certos consensos que arbitram para a cultura ideias fora do lugar. Em especial no novo quadro da institucionalização de políticas públicas.

Lia Calabre aponta reflexões sobre a I Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005, na qual a

questão da formação dos profissionais, sejam eles das áreas de gestão ou das linguagens e práticas artísticas, está presente em praticamente todos os eixos [os cinco eixos temáticos com propostas para discussão na Conferência].

A discussão varia entre a premência do reconhecimento formal de determinados saberes, a necessidade de ampliação de alguns cursos já existentes nos diversos níveis de ensino e a preocupação com a necessidade de criação de cursos de formação em novas áreas.⁸

Na II Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2010, pude constatar que a questão da formação apareceu em várias das diretrizes prioritárias aprovadas. Formação em vários níveis, e com diferentes objetivos: gestores, produtores, técnicos operacionais, artistas.

O grande dilema passa, hoje, por identificar nomenclaturas adequadas e conteúdos a serem aprofundados nas diversas e diferentes propostas curriculares de formação para a profissionalização do setor. O texto de Barbalho; Rubim & Costa é esclarecedor quanto à terminologia destes profissionais no âmbito das leis.

Para uma comparação com os termos de referência oficial no Brasil, apresentamos a seguir os dados da *Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)*. Neste documento, “Produtores artísticos e culturais” constituem a família de número 2621. [...] Nessa família, por exemplo, estão presentes o “Produtor Cultural”, o “Produtor cinematográfico”, o “Produtor de teatro” e os tecnólogos formados nesta área. [...] Em relação à formação profissional, o documento afirma que “essas ocupações não demandam nível de escolaridade determinado para seu desempenho, sendo possível que sua aprendizagem ocorra na prática” (MTE, 2010, p. 399⁹), mas destaca que “seguindo a tendência de profissionalização que vem ocorrendo na área das artes, (...), cada vez mais será desejável que os profissionais apresentem escolaridade de nível superior” (MTE, 2010, p. 399). A CBO não indica, entre suas ocupações, a figura do gestor cultural – trazendo

apenas o gestor público ou o gestor de eventos, ligado a área do turismo.¹⁰

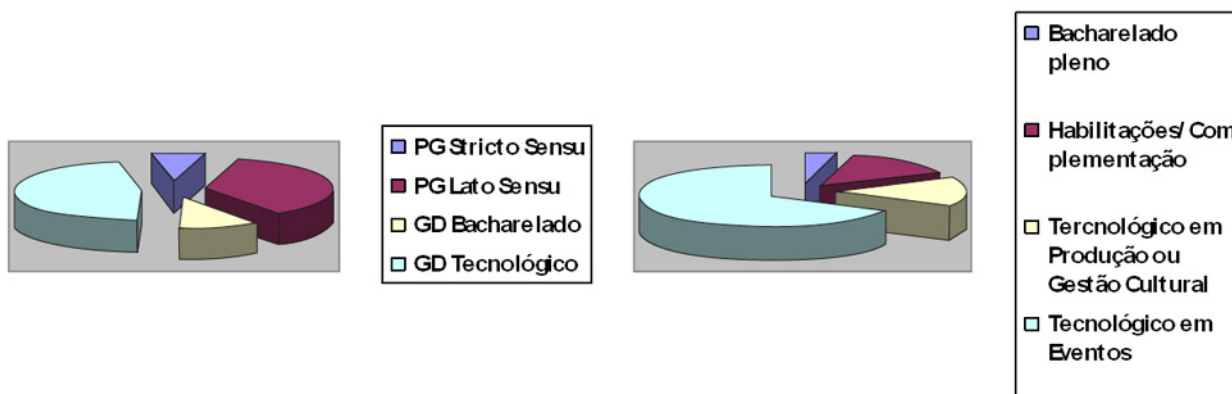
Os autores apresentam, também segundo o CBO, que os *produtores de rádio e TV* são regulamentados pela Lei nº 6.615/78 e decreto nº 84.134/79, e vinculados ao Sindicato dos Radialistas. Por sua vez, os produtores de cinema e teatro são regulamentados pela Lei nº 6.533/78, e vinculados ao Sindicato dos Artistas e Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Cinematográfica (Sindicine). Já o registro profissional de tecnólogos em Produção Cultural e de Eventos é dado através do Conselho Federal de Administração (Resolução Normativa nº 374/2009).

Coloquei no início deste texto que meu posicionamento é oriundo de meu lugar profissional enquanto professor junto ao bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF). Criamos o curso em 1995 no intuito de proceder, a partir de uma universidade pública, à crítica e reflexão sobre as formas de ação no campo cultural. Naquela época, a produção cultural era uma atividade profissional corrente e fortalecida pela lógica de projetos incentivados através de renúncia fiscal: Lei Mendonça (1990, cidade de São Paulo); Lei Rouanet (1991, âmbito federal); Lei do ICMS (1992, estado do Rio de Janeiro); e Lei do Audiovisual (1993, âmbito federal). Vimos, a partir do Departamento de Arte da UFF, que a ges-

tão dos projetos e políticas na área cultural encontrava-se muito a reboque da iniciativa privada, embora financiados com recursos públicos. As críticas e posicionamentos que viemos desenvolvendo junto ao curso, desde então, apontavam o entendimento amplo da cultura e a necessidade de que as políticas culturais (públicas ou não) deveriam contemplar os diversos segmentos da sociedade, potencializando suas possibilidades de criação e de fruição cultural.

Os caminhos abertos pela UFF (bacharelado em Produção Cultural) e pela Universidade Federal da Bahia (que criou uma habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, junto à graduação em Comunicação Social) foram seguidos pela Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro (habilitação em Produção e Política Cultural, junto à graduação em Ciências Sociais), e –bem mais recentemente– pela Universidade Federal do Pampa, que criou o bacharelado em Produção e Política Cultural (oferecido no Campus do Jaguarão) e, junto ao curso de Relações Públicas, uma habilitação com ênfase em Produção Cultural (ministrada no Campus de São Borja).

Desenvolvi, em 2010 (atualizado até abril/2012) um Mapeamento¹¹ da formação na área, em parceria com a ABGC – Associação Brasileira de Gestão Cultural, cujos resultados passarei esquematicamente a tratar.



O mapeamento desenvolvido em 2010 (e atualizado até abril/2012) resultou em 89 incidências. Levantamos apenas os cursos de graduação (9 bacharelados e 42 cursos tecnológicos) e de pós-graduação (6 *stricto sensu* e 32 *lato sensu*), deixando de fora outras modalidades como cursos livres ou cursos de extensão universitária, por exemplo. Tomamos como recorte áreas de formação em gestão e produção cultural, e também de gestão de eventos, estes –em sua grande maioria– cursos de graduação tecnológica (46,6% do total). Outra modalidade que se mostrou expressiva foi a de cursos de pós-graduação *lato sensu* (35,5% do total geral), sendo que a maioria deles com abertura de turmas condicionada a existência de demanda (30% deste universo específico). Na modalidade PG *Lato Sensu* encontrou-se dois cursos de EAD (Educação à Distância); foram as únicas incidências de EAD em todo o mapeamento.

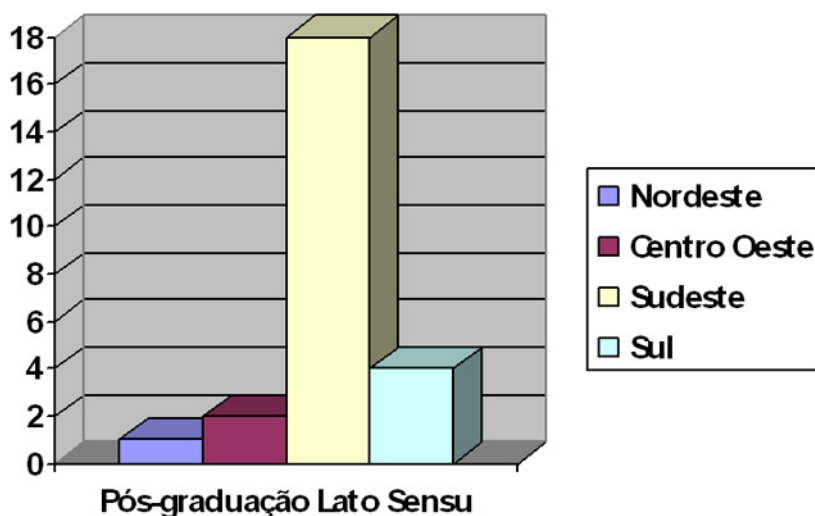
Ressalte-se que a expressiva maioria dos cursos pertence a instituições privadas. As exceções acontecem quando avaliada a PG *Stricto Sensu*, na qual 50% dos cursos são em instituições

públicas, e quando se avalia os cursos de graduação com bacharelados específicos (Produção Cultural, na UFF; Produção e Política Cultural, na UNIPAMPA), neste caso tem-se 100% dos cursos em universidades públicas.

Quanto à regionalização, seguem os dados.

A pós-graduação *stricto sensu*¹² permite, pelo seu pequeno quantitativo, maior detalhamento. Os cursos são em Patrimônio Cultural e em Bens Culturais, além do mestrado/doutorado da UFBA em Cultura e Sociedade. Dos seis existentes, três estão na região Sudeste (todos na cidade do Rio de Janeiro) e dois na região Sul (Santa Maria/RS e Joinville/SC).

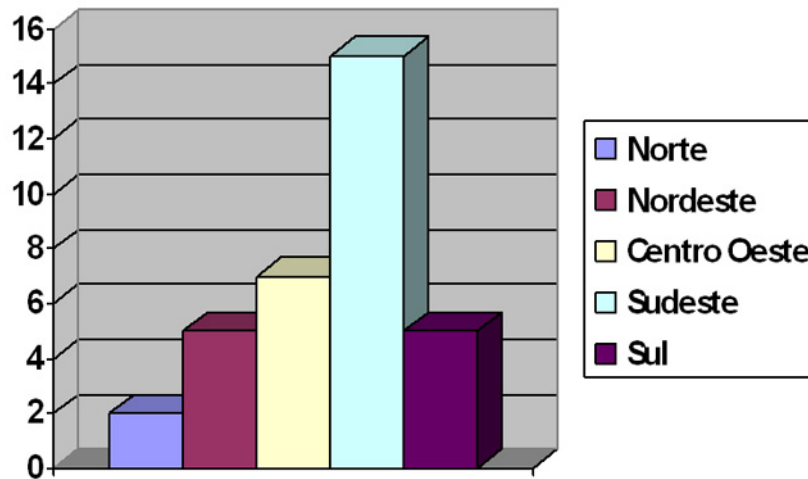
Já a pós-graduação *lato sensu* tem áreas bem diversas de formação: direito, gestão e produção do entretenimento; gestão e produção cultural; patrimônio e bens culturais; gestão de políticas, de projetos, de organizações culturais, do terceiro setor – ou seja, muitos são focados em gestão institucional; e organização e gestão de eventos. Quanto à regionalização, tem-se o gráfico abaixo.



Os bacharelados já foram detalhados anteriormente, cabendo agora algumas informações sobre as graduações tecnológicas. Dos 42 cursos, apenas oito são em gestão e produção cultural; os demais (34 cursos) são em gestão e produção de eventos. Quanto ao primeiro caso, daqueles oito apenas três são em instituições federais. São os casos dos cursos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio

de Janeiro (em Nilópolis), do Rio Grande do Norte (em Natal) e Sul Riograndense (em Sapucaia do Sul), respectivamente IFRJ, IFRN e IFSul. Afora esses, os demais cursos são dois em São Paulo e três na região sul.

Quanto aos cursos de tecnologia em eventos (34 do total de 42 cursos tecnológicos). Sua regionalização se dá conforme a seguir:



Como detalhamento desta regionalização referente aos cursos tecnológicos em eventos, temos que: a) os dois da região norte são em Boa Vista/RR e em Belém/PA; b) os do nordeste estão em Recife, Aracaju e outros três em Salvador; c) os sete do centro oeste estão assim distribuídos – dois em Brasília, três em Goiânia, um em Campo Grande e um em Cuiabá; d) os cinco da região sul estão localizados em Curitiba, Foz do Iguaçu, Joinville e dois em São José/SC. A concentração acontece, sobretudo, na região sudeste, com 15 das incidências (ou seja, 44%), e mesmo assim dez delas no estado de São Paulo (isto é, 66,6% dos cursos da região). Tirando as de SP, têm-se uma no Rio, três em Belo Horizonte e uma em Vitória.

AVALIANDO A TRAJETÓRIA DO BACHARELADO EM PRODUÇÃO CULTURAL DA UFF:

A estrutura da graduação em PRODUÇÃO CULTURAL da UFF está apoiada em três blocos básicos que norteiam as diferentes disciplinas: Fundamentos das artes; Teorias da Arte e da Cultura; e Planejamento e gestão cultural. Assim como nas demais universidades, o curso busca se estruturar a partir de um tripé baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária.

Atualmente, a estruturação do curso encontra-se em fase de ajustes curriculares.

Hoje o curso é integralizado a partir de 2655 horas, sendo 2025 horas em disciplinas OBRIGATÓRIAS (sendo 390 referente ao trabalho Final I e II); 570h em disciplinas OP-TATIVAS (o Colegiado de curso estabelece o rol de disciplinas entre as quais o aluno pode optar cursar. Deste total, 120h podem ser computadas em Atividades Complementares –conforme detalhamento a seguir); e 60h em disciplina(s) ELETIVA (o aluno elege o que cursar, dentro do rol de toda a universidade).

A grade curricular é complementada pela possibilidade do aluno incorporar suas práticas em diferentes campos, através das chamadas ATIVIDADES COMPLEMENTARES – AC, que integralizam até 120h do currículo e estão divididas em 5 categorias: Atividades de Ensino (participação em palestras, congressos, monitorias entre outras); Atividades de Pesquisa (participação em projetos de iniciação científica, sob a tutoria de professor doutor); Atividades de Extensão (englobam cursos de extensão, e/ou participação em projetos extensionistas); Atividades de Estágio Profissional (esta categoria precisa estar necessariamente formalizada na Coordenação de Curso, e de acordo com a legislação pertinente; o Estágio não é obrigatório); Outras Atividades (podendo ser: Visitas Técnicas / intercâmbios

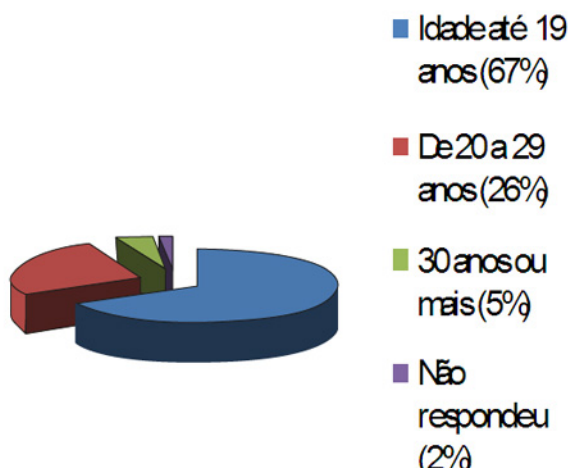
artístico-culturais; assistência a teatro, cinema, concertos, espetáculos...; Cursos livres (dança, artes, teatro, música...).

Algumas alterações significativas estão sendo implementadas a partir deste semestre. São elas: alterações na periodização de algumas disciplinas; transformação de três obrigatórias em optativas (Arte e pensamento; Estética e cultura I; Direção de arte III) e inclusão de quatro novas obrigatórias. Obrigatórias incluídas em 2012: Projetos experimentais em Produção Cultural; História do Patrimônio Cultural; Economia da Cultura; e Métodos de planejamento em pesquisa cultural.

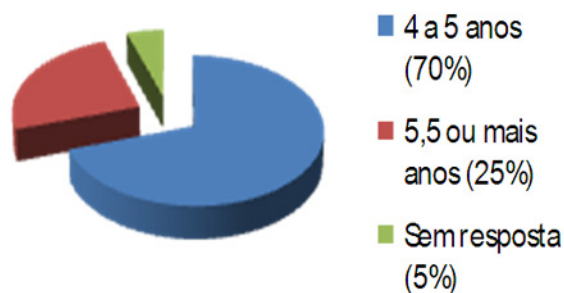
VER A GRADE CURRICULAR ANEXA AO FINAL DESTA EDIÇÃO

A partir de março de 2012 iniciamos um mapeamento dos alunos egressos do curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense. De um total de 325 formados de 2001 a 2011, os dados a seguir se baseiam na participação de 89 ex-alunos, portanto nosso universo de análise representa 27% dos egressos. O questionário foi bem abrangente, e buscou identificar os principais caminhos destes profissionais, assim como avaliações sobre a formação em si.

Idade ao ingressar no curso



Permanência na universidade

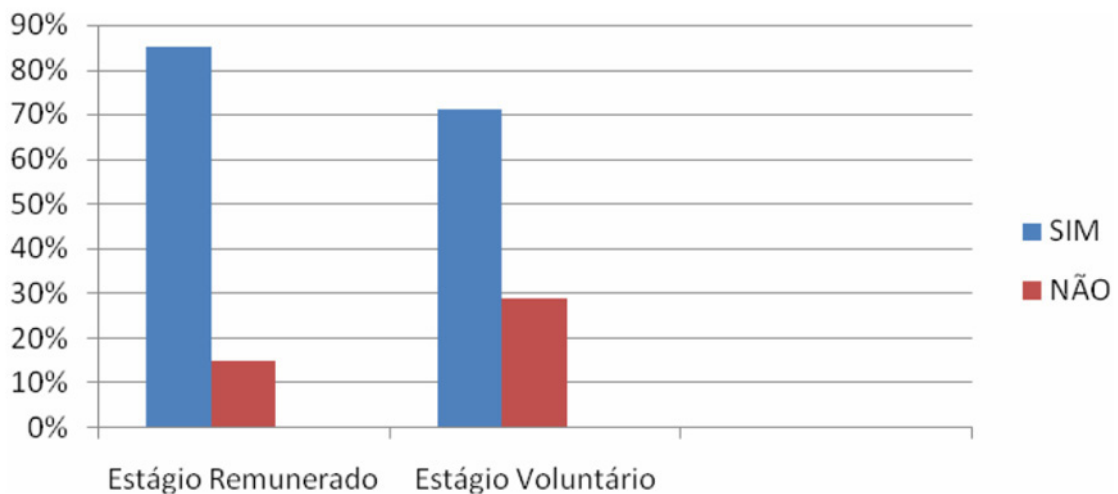


Os dados sobre o tempo de permanência no curso desmistificam uma impressão inicial. O curso tem duração de 8 semestres (4 anos), podendo ser prolongado até 12 semestres (6 anos), sendo que o aluno ainda pode trancar a matrícula por outros 2 anos. Tínhamos a impressão de que nosso alunato demorava muito tempo para se formar, e que isto se dava por conta da ampla possibilidade de estagiar durante a formação. Os índices, entretanto, não corroboram essa ênfase, pois 70% se forma em até 5 anos.

Outro dado esclarecedor é sobre a vinculação regional dos alunos. Como visto, são ainda poucos os cursos de formação nesta área existentes no país, portanto os quase 30% de alunos que tiveram que mudar de cidade para fazer o curso é um reflexo desta situação. Em relação ao local de residência anterior,

69% dos que vieram de fora da região metropolitana do Rio de Janeiro são oriundos do interior do estado. Os outros 31% dos migrantes vieram dos estados de SP, ES, MG, GO e RN. Em relação aos mais de 70% oriundos da região metropolitana do Rio de Janeiro, a grande maioria vem da própria capital.

Em sendo uma graduação muito recente, alguns alunos optam por uma dupla formação. Do universo trabalhado, 15% fizeram também outra graduação além do bacharelado em Produção Cultural. Durante o curso, 31% dos alunos participantes da pesquisa participaram de projetos de iniciação à pesquisa científica e/ou de extensão universitária, principalmente esta última modalidade. Já em relação aos estágios (não obrigatórios, no caso do nosso curso), expressiva maioria dos alunos foi estagiária.



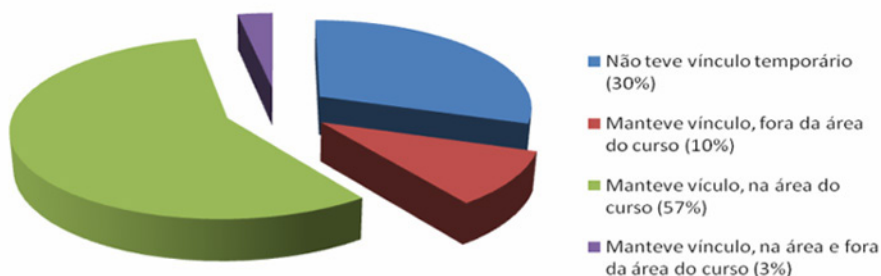
Destaque-se que apenas oito alunos não fizeram nenhuma modalidade de estágio, representando 9% do universo total. Ressalte-se, ainda, que 84% dos que fizeram estágio, o fizeram nas duas modalidades.

Porém, a percepção do aluno sobre estágio e trabalho apresenta variação. Enquanto 85% dos respondentes da pesquisa afirmam terem feito estágio, apenas 70% afirmam ter trabalhado. Vejamos os gráficos a seguir.

Trabalho anterior ao ingresso no curso



Vínculo durante o curso



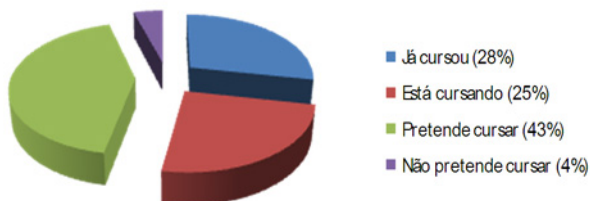
PERFIL DO EGRESSO:

Embora o percentual de alunos que participaram de processos de iniciação científica seja relativamente pequeno, é bem expressiva a quantidade de alunos inseridos (53%) ou desejosos de se inserir (43%) na formação pós-graduada. Vejamos.

Em relação ao campo de atuação profissional, 57% se consideram inseridos em empregos formais, e os 43% restantes em empregos informais (freelancers, produtores independentes etc). A diversidade dos dados é melhor visualizada na forma de tabela. Vamos a ela.

Interessante constatar que 80% se percebem atuantes no campo de formação. As tabulações da tabela da direita são oriundas de 109 respostas, pois se admitiu mais de uma opção de resposta. É referente à percepção do egresso sobre sua atuação (e não mais a especificação da área/local de trabalho).

Inserção na pós-graduação



CAMPOS ATUAIS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS	%
Produção executiva (projetos e espaços culturais)	17%
Produção audiovisual	12%
Produtor cultural em órgãos públicos	9%
Gestão de projetos culturais	9%
Gestores/produtores em suas próprias empresas culturais	8%
Magistério superior na área de Produção/Gestão cultural	7%
Produção teatral	2%
Produção musical	2%
Outras áreas culturais	5%
Subtotal (trabalho na área de formação)	72%
Marketing e comunicação institucional de empresas	8%
Trabalho na área de gestão/administração em geral	8%
Subtotal (trabalho em áreas correlatas)	16%
Outras áreas ou sem resposta	12%

PERCEPÇÃO DO CAMPO PROFISSIONAL PELOS EGRESSOS	%
Como produtor(a) cultural	18%
Gestor de espaços culturais	6%
Como gestor público	12%
Como agente cultural	9%
Atuação em outra área cultural	21%
Atuação como artista	2%
Atuação na área acadêmica	10%
Não atua no campo de formação	20%
Não respondeu	2%

Para 18% dos participantes a inserção profissional se deu como continuidade no próprio local do estágio enquanto ainda aluno. Para outros 13% a inserção foi difícil, pois “o mercado ainda desconhece ou não reconhece a formação em produção cultural”. Há quem considere que a formação universitária não foi essencial para a função: “o diploma não fez diferença no mercado de trabalho, a experiência [na universidade] contudo foi importante na conceituação de valores e no desenvolvimento de uma apuração estética”.

Retirados os 20% que consideram não trabalhar na área de formação, os 18% efetivados no próprio local de estágio, os 13% que consideram que a formação não foi tão essencial, os 49% restantes consideram que conseguiram bons empregos e que a formação na universidade foi essencial.

Quanto à remuneração, têm-se faixas salariais que apontam uma remuneração inicial que dobra ao final de poucos anos. Pode-se apontar ainda que o mercado profissional no Rio de Janeiro vem apontando padrões salariais majorados (em todas as carreiras e áreas) por conta dos mega eventos que estão acontecendo e virão a acontecer no curto prazo. Hoje, percebe-se salários iniciais da ordem de R\$ 2.300,00 para o produtor cultural no Rio de Janeiro.

Por fim, procurou-se inventariar junto aos ex-alunos algumas avaliações sobre o curso propriamente dito. Dos 100% do universo participante, 18% não quiseram opinar; 50% se disseram satisfeitos com a formação; 25% consideraram que o curso deveria explorar mais a formação prática e/ou ampliar o foco da for-

mação teórica em disciplinas dos campos da administração, gestão e planejamento cultural, e os 7% restantes apontaram ter conhecimento da estruturação pela qual o curso está passando e que a mesma o está melhor adequando.

Sobre o reconhecimento do curso, 20% das respostas apontaram esta como uma questão-chave para a sua melhoria. Indicaram que tal reconhecimento passa tanto pela participação/realização de eventos e participação em trabalhos acadêmicos na área específica da Produção Cultural, como também por uma maior divulgação do curso junto às empresas que atuam no segmento cultural, ampliando tanto o campo de estágios como de exercício profissional propriamente dito. Levantou-se, ainda, a questão dos concursos que ainda desconhecem ou não formalizaram o reconhecimento do profissional graduado nesta área.

Cabe destacar tratar-se da visão dos egressos destes onze anos (2001 a 2011) e que a partir de 2012 o curso sofreu ajustes curriculares resultantes das análises desenvolvidas ao longo de 2011 por professores e alunos. Utilizou-se, como metodologias para a discussão do ajuste curricular, fóruns virtuais e reuniões presenciais que ao longo de seis meses discutiram as potencialidades e as dificuldades do curso; suas forças e suas fraquezas, suas oportunidades e seus riscos para utilizar nomenclaturas do planejamento estratégico.

Considerando-se que os índices de participação do mapeamento desenvolvido em 2012 e explorado nestas reflexões anteriores foram oriundos de respostas de alunos formados em todos os anos de 2001 a 2011, sem que tenha havido uma concentração muito diferenciada em alguns períodos deste intervalo, consideramos que as análises são bem procedentes e expressivas. Cabe destacar que 44% do

universo se encontraram distribuídos dos anos de 2001 a 2006 e que, dos 56% distribuídos de 2007 a 2011, apenas 6% das respostas são referentes a alunos formados no ano de 2011.

Bem, as análises se referiram a um universo de questionários respondidos que representou 27% do total de egressos do curso da UFF. Os levantamentos estão ainda em andamento e, atualmente, já dispomos de 35% dos questionários respondidos, mas acreditamos que os resultados se mantenham em percentuais bem próximos aos relatados neste momento.

É certo que o curso necessita ampliar seus canais de divulgação, assim como reforçar seu nível de excelência. Face esta realidade, a coordenação do curso de Produção Cultural da UFF vem empreendendo alguns esforços e articulando algumas parcerias institucionais. Pode-se destacar algumas ações mais recentes:

- . articulação com *PragMatizes – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura* (www.pragmatizes.uff.br), criada em 2011;
- . participação na criação de programa de mestrado em *Cultura e territorialidades* (projeto de 2012);
- . desenvolvimento do seminário internacional *Panorama da Organização da Cultura na América do Sul*, em novembro de 2011. Convém destacar que um dos resultados deste encontro se articula com a necessidade de pesquisa e formação na área da gestão cultural. Trata-se da Carta de intenções que norteou a criação inicial de uma rede de articulação entre pesquisadores sul americanos.

REDE ∞ 8 PONTOS EM CULTURA:

Um importante desdobramento do seminário foi a articulação inicial entre

pesquisadores sul americanos que levaram à constituição de uma rede de parceria que se comprometeu com alguns pontos estratégicos. Foram traçados oito pontos iniciais, mas que pretendem infinitos pontos ∞.

Seguem os signatários presentes naquele momento e o documento estabelecido:

BARBALHO, Alexandre - Universidade Estadual do Ceará (Brasil)

BERNABÉ, Mónica – Universidad Nacional de Rosario (Argentina)

BRAVO, Marta Elena - Universidad Nacional da Colombia – sede Medellin.

CARRASCO, Bernabé – Universidad de Bio-Bio (Chile)

DOMINGUES, João - Universidade Federal Fluminense (Brasil)

GERICKE, Valeria – Universidad Nacional de Rosario (Argentina)

MASAU, Virginia - Municipalidad de Rosario / Universidad Nacional de Rosario

RIVAS, Patricio – Universidad de Chile

RODRIGUES, Luiz Augusto – Universidade Federal Fluminense (Brasil)

**Carta do seminário internacional
Panorama da Organização da Cultura
da América do Sul**

***(Brasil, 2011) - Niterói, 17 de novembro
de 2011***

Nós, integrantes de universidades e instituições culturais sul americanas, reunidas e reunidos em função do seminário internacional *Panorama da Organização da Cultura na América do Sul*, realizado

no Auditório Macunaíma da Universidade Federal Fluminense, reconhecemos o momento de transformação das relações políticas em nossos países, não apenas na América do Sul, mas em toda a Latino América e Caribe.

Consideramos que os processos de desenvolvimento cultural em nossa região têm produzido condições potenciais à integração e cooperação. Estes processos são resultado das ações de muitas iniciativas e comunidades culturais da América Latina e Caribe.

Reconhecemos os avanços que vêm sendo produzidos e discutidos nos diversos contextos e nos propomos a contribuir com esta carta para tal perspectiva, sempre sob posicionamentos que dialoguem com os diferentes agentes dos processos culturais.

Tendo isso em vista, propomos:

- 1- estruturar uma rede de instituições, universidades e agentes culturais que dialoguem por meio de trabalhos de ensino, pesquisa e extensão no campo político-cultural da América Latina e Caribe;
- 2- incentivar ações conjuntas de intercâmbio, cooperação e integração internacionais;
- 3- desenvolver seminários permanentes que promovam o intercâmbio de pesquisas e reflexões com foco nas políticas e nas práticas de gestão e produção em cultura;
- 4- fomentar a formação nas áreas da organização e profissionalização da cultura, promovendo inclusive o intercâmbio de alunos e docentes;
- 5- propiciar a troca de experiências através do desenvolvimento de pesquisas comparadas;

6- estimular a criação de laboratórios e observatórios de pesquisa;

7- criar uma plataforma digital que funcione como suporte de divulgação das atividades da rede;

8- viabilizar publicações e buscar mecanismos de financiamento para ações conjuntas.

A guisa de conclusão, é importante destacar que a implementação das políticas em cultura vem ganhando força e tentativas de sistematicidade e desenvolvimento qualificado. A que se considerar, no entanto, que para se ter políticas é necessário que se posicione e se conceitue a partir de que preceitos as políticas serão norteadas, além de se precisar de recursos (financeiros, técnicos, físicos, materiais e humanos) para executá-las. A formação é, então, um requisito básico. Tanto do quadro técnico envolvido quanto –e principalmente, ousou dizer- dos propositores e gestores responsáveis pela implantação e acompanhamento das políticas traçadas. Os dados dos indicadores culturais que vêm sendo construídos pelo Ministério da Cultura são elucidadores. As estatísticas referentes à escolaridade dos gestores públicos dos municípios brasileiros¹³ indicam que a maioria apresenta formação superior (em média, apenas 36% dos gestores dos municípios de todas as cinco regiões possuem apenas a graduação; se somarmos os percentuais daqueles que possuem só a graduação com aqueles que possuem também pós-graduação, chega-se à média de 70,8%). As regiões sul e centro oeste apresentam os percentuais mais elevados em relação aos gestores pós-graduados (respectivamente 49% e 46%). Resta, porém, nos perguntarmos: em que áreas os gestores públicos brasileiros são formados? Até que ponto nossos gestores públicos municipais estão realmente qualificados para os desafios da gestão cultural e de suas políticas?

Bibliografia citada:

BAYARDO, Rubens. “A gestão cultural e a questão da formação”. IN: Revista *OIC – Revista Observatório Itaú Cultural*, nº 6 (jul./set. 2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008. pp. 57-65.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil; história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

GARCIA CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. México: Grijalbo, 1989.

MinC – Ministério da Cultura. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais 2009*. Brasília: MinC, 2009.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. *Mapeamento ‘Formação em gestão, produção cultural e entretenimento – graduação e pós-graduação’*. Rio de Janeiro: ABGC/Associação Brasileira de Gestão Cultural, 2010 (atualizado abril/2012). Disponível em www.gestaocultural.org.br/estudos.

RUBIM, A. A. C. ; BARBALHO, A. ; COSTA, L. “Formação em organização da cultura: a situação latino-americana”. IN: *PragMatizes – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*. Ano 2, nº 2, março 2012. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense/Laboratório de Ações Culturais, 2012. pp 125-149. Revista disponível em www.pragmatizes.uff.br.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. “Formação em organização da cultura no Brasil”. IN: *Revista OIC – Revista Observatório Itaú Cultural*, nº 6 (jul./set. 2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008. pp. 47-55.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

TOURAINÉ, Alain. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard, 1992

¹ Texto norteador da palestra apresentada no *Encontro Internacional Formação em Gestão Cultural*, realizado de 1 a 3 de agosto de 2012 no SESC Vila Mariana. São Paulo.

² Arquiteto/urbanista, doutor em História social pela Universidade Federal Fluminense/UFF. Professor do bacharelado em Produção Cultural da UFF, e coordenador do Laboratório de Ações Culturais – LABAC/UFF.

³ BAYARDO, Rubens. “A gestão cultural e a questão da formação”. IN: *Revista OIC – Revista Observatório Itaú Cultural*, nº 6 (jul./set. 2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008. pp. 57-65. p. 57.

⁴ RUBIM, Antonio Albino Canelas. “Formação em organização da cultura no Brasil”. IN: *Revista OIC – Revista Observatório Itaú Cultural*, nº 6 (jul./set. 2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008. pp. 47-55. p. 52.

⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

⁶ TOURAINE, Alain. *Critique de la modernité Paris*: Fayard, 1992.

⁷ GARCIA CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. México: Grijalbo, 1989.

⁸ CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil; história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. p. 87.

⁹ MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

¹⁰ RUBIM, A. A. C. ; BARBALHO, A. ; COSTA, L. “Formação em organização da cultura: a situação latino-americana”. IN: *PragMatizes – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*. Ano 2, nº 2, março 2012. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense/Laboratório de Ações Culturais, 2012. pp 125-149. p. 135. Revista disponível em www.pragmatizes.uff.br.

¹¹ RODRIGUES, Luiz Augusto F. *Mapeamento 'Formação em gestão, produção cultural e entretenimento – graduação e pós-graduação'*. Rio de Janeiro: ABGC/ Associação Brasileira de Gestão Cultural, 2010 (atualizado abril/2012). Disponível em www.gestaocultural.org.br/estudos.

¹² Quantificou-se a pós-graduação *stricto sensu* por instituição, ou seja, quando da existência de mestrado e doutorado, computou-se apenas uma instituição. Foram apenas dois casos: o curso de pós-graduação em “História, Política e Bens Culturais” da Fundação Getúlio Vargas (Rio) tem os dois níveis (mestrado e doutorado), e o curso da Universidade Federal da Bahia –pós-graduação multidisciplinar em “Cultura e Sociedade”- que também tem os dois níveis.

¹³ Os municípios brasileiros foram tratados no suplemento cultural dos levantamentos do IBGE – Munic 2006. Os dados apresentados aqui são oriundos da publicação de 2009 do *MinC: Cultura em números: anuário de estatísticas culturais 2009*

Contato:

Luiz Augusto F. Rodrigues
- luizaugustorodrigues@id.uff.br